



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Classe trabalhadora e mundo do trabalho

A formação da classe trabalhadora no Brasil: uma análise crítica

Erick José Gonçalves dos Santos Silva¹

Isabela da Silva Oliveira²

Resumo: O presente artigo objetiva trazer reflexões sobre o processo de construção da classe trabalhadora brasileira. Para isso, parte-se da compreensão de que o negro foi um sujeito ativo na construção socioeconômica, política e cultural do país. Sendo assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, capaz de compreender a complexidade dos fenômenos, elucidando as contradições, mediações e determinantes de raça/etnia, gênero e classe social, que operam sob novos mecanismos no capitalismo dependente brasileiro.

Palavras-chave: capitalismo dependente; classe trabalhadora brasileira; relações étnico-raciais.

The formation of the working class in Brazil: a critical analysis

Abstract: This article aims to offer reflections on the process of the formation of the Brazilian working class. To this end, it begins with the understanding that Black people were active agents in the socioeconomic, political, and cultural development of the country. As such, this is a qualitative study grounded in dialectical historical materialism, capable of grasping the complexity of these phenomena, elucidating the contradictions, mediations, and determinants of race/ethnicity, gender, and social class that operate through new mechanisms within Brazilian dependent capitalism.

Keywords: dependent capitalism; Brazilian working class; ethnic and racial relations.

1. Introdução

No Serviço Social brasileiro estabeleceu-se hegemonicamente uma literatura que vê a emergência da classe trabalhadora no Brasil a partir do século XX, fundamentada pela consolidação da força do trabalho livre. A classe trabalhadora aparece dessa forma, num contexto de generalização das relações capitalistas, sob uma vanguarda anarquista influenciada pela imigração italiana.

¹ Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: erick.erick2012@gmail.com

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: ms.isabelasilva@gmail.com

Contudo, constatamos, a partir de uma vasta literatura, que o modo de produção capitalista ali estabelecido não aparece per si nessa relação mecânica a partir da abolição da escravidão, mas é um processo construído, pelo menos, desde meados do século XIX.

Neste trabalho, objetivamos uma análise que busca reconstruir os fundamentos históricos do modo de produção capitalista no Brasil, buscando compreender a formação da classe trabalhadora nesse contexto. Dessa forma, partimos do arcabouço teórico de autores que veem a dependência como importante chave analítica para alcançar esse objetivo.

Na primeira seção, realizamos uma discussão histórica do período colonial, onde as relações escravistas eram predominantes em todo o território nacional, destacando a resistência negra como uma antítese a esse sistema de organização social com aporte de autores marxistas brasileiros do século XX.

Na segunda seção, chegamos ao século XIX, compreendendo que as transformações ocorridas neste século contribuem para mudanças estruturais na organização classista em nosso país. Com o mesmo aporte teórico, partimos para uma análise que vê uma relação intrínseca entre raça e classe no Brasil, fundamentando uma transição particular ao modo de produção capitalista.

2. A relação intrínseca entre raça/etnia e classe social no capitalismo dependente brasileiro

2.1. O processo de estruturação do modo de produção escravista no Brasil: a luta de classes no período colonial

O período da escravização que abrange o ano de 1550 a 1850, de forma aproximada, é denominado como Escravismo Pleno e é nesta fase que há a estruturação e consolidação do escravismo como modo de produção no país. De acordo com esse contexto, é preciso demarcar que, para Moura (2024), a luta das pessoas escravizadas não pode ser concebida como um fator secundário na sociedade, uma vez que o debate da formação econômico-social brasileira se estrutura diante de uma dinâmica central, isto é, a partir do conflito de duas classes fundamentais: os senhores e as/os escravizadas/os.

Posto isso, tratar sobre essa fase histórica implica também no debate da colonização do Brasil por Portugal no início do século XVI, que não foi um momento de “descoberta” como é propagado, mas sim um período que demarcou o processo de invasão do território brasileiro (Nascimento, 2026). Sabe-se que, inicialmente, houve diversas tentativas de escravização dos povos originários, porém grande parte delas foram fracassadas, dado que, o modo com que a força de trabalho indígena se reproduzia era considerado inadequado para as relações de trabalho que os portugueses buscavam estabelecer na época. Isto é, o nativo era considerado um “mau trabalhador dentro das relações de trabalho a que o queria submeter o colonizador” (Moura, 2024, p.60).

Para além de ser considerada uma força de trabalho complementar e “não qualificada”, a resistência e a pressão religiosa sobre os nativos embasaram na propagação de um falso discurso, no qual os nativos eram considerados “preguiçosos, incapazes e selvagens” e por isso, era necessário encontrar uma força de trabalho que fosse “naturalmente apta” para tal. Estes fatores foram utilizados como argumentos para a substituição da força de trabalho nativa pela negra-africana, tendo a violência como elemento central.

Diante dessas questões e da transformação do tráfico de escravizadas/os em atividade comercial, estipula-se a entrada de mais de 10 milhões de escravizadas/os africanas/os no país durante os mais de três séculos de escravização - sendo considerado um dos comércios mais lucrativos da época (Moura, 2024). Diante disso, Ynaê Santos (2022) aponta que não é a escravização que explica o processo de sequestro do povo negro em África, mas sim os altos lucros obtidos com o tráfico que explicam a escravização.

A partir disso, Nascimento (2016) afirma que os primeiros africanos escravizados chegaram ao território brasileiro por volta de 1530, mas que a comercialização de escravizadas/os no país começou a se estruturar de forma mais organizada a partir de 1535. Nascimento (2016, p.57) demarca que “[...] exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão”.

Moura (1983) expõe que a forma com que se estruturou a (re)produção das relações socioeconômicas e raciais a partir do modo de produção escravista na sociedade brasileira se difere de como ocorreu em outros países da América Latina, como Peru e

Colômbia. A escravização se desenvolveu a nível nacional, sendo o Brasil um dos últimos países a aboli-la - sabe-se que a força de trabalho negra escravizada exercia atividades distintas, como: atuavam nas plantações de café, de cana-de-açúcar e na extração de metais preciosos.

Em vista disso, Moura (2024, p.62) expõe que:

O modo escravista de produção que se instalou no Brasil era uma unidade econômica que somente poderia sobreviver com e para o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente poderia dinamizar seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista. [...] Não podemos deixar de reconhecer, por outro lado, que, no setor comprador, como na sua contrapartida, o vendedor, tivessem havido relações mercantis entre si. As relações de produção escravistas eram, no entanto, o suporte fundamental que configurava as suas bases estruturais e determinava todos os demais níveis do relacionamento social.

Compreende-se que a compra massiva de escravizadas/os era necessária para a consolidação e desenvolvimento do sistema escravocrata, ou seja, “ela era a mola propulsora de tudo aquilo que dava vida ao sistema e que, ao chegar, era ordenada de acordo com a sua divisão interna do trabalho” (Moura, 2024, p.63).

No Brasil, para que a divisão do trabalho escravizado funcionasse de forma efetiva, era necessário uma estratificação social no interior das relações escravistas, que se distinguia a partir da atividade produzida. Contudo, tais atividades não eram realizadas de forma fixa e eram separadas da seguinte forma: **i)** escravizadas/os do eito ou destinados a atividades extrativas; **ii)** escravizadas/os da mineração; **iii)** escravizadas/os domésticos nas cidades e casas grandes em geral; **iv)** escravizadas/os de ganho nos centros urbanos; **v)** escravizadas/os de aluguel, entre outras formas.

Todavia, independente do setor que a/o escravizada/o ocupava na sociedade, ela/e estava sujeita/o a todas as formas de expropriação e exploração. No que tange às mulheres escravizadas, essas também eram exploradas sexualmente pelos senhor escravocrata, que possuíam o “costume” de manter “prostitutas negro-africanas” como meio de renda (Nascimento, 2016).

De acordo com Moura (2024, p.69), havia uma articulação interna entre os distintos estratos ocupacionais de escravizadas/os. Assim,

Esse movimento interno, provocado pela mobilidade social vertical e/ou horizontal, é estancado nos limites de sua fronteira de classe. Essa estratificação produzia também uma “hierarquia” dentro dos quadros da escravidão e influirá, por seu turno, no comportamento do escravo e nas suas atitudes de aceitação ou não da sua situação.

Todavia, independente do setor que a/o escravizada/o ocupava na sociedade, ela/e estava sujeita/o a todas as formas de expropriação e exploração. No que tange às mulheres escravizadas, essas também eram exploradas sexualmente pelos senhor escravocrata, que possuíam o “costume” de manter “prostitutas negro-africanas” como meio de renda (Nascimento, 2016).

Em relação ao que foi exposto, é evidente que a economia brasileira se estruturou a partir da dependência com o mercado exterior, ou seja:

Era uma economia que não permitia a acumulação de excedentes e de capitais internos em proporções suficientes à abertura de uma via independente do desenvolvimento. Este estrangulamento, porém, não era apenas econômico, mas também fiscal, pois um verdadeiro alude de dízimos, impostos, obrigações e contribuições, arrecadados pelos funcionários do Reino, determinava que quase nada ficasse na Colônia para reinvestimento técnico e acumulação capitalista (Moura, 2024, p. 70).

Diante do regime escravista, é possível pontuar que o quantitativo de pessoas escravizadas em regiões como Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, em alguns momentos, era maior do que a de homens livres. A partir disso, cabe afirmar que os/as escravizados/as em forma de resistência, realizavam fugas, sabotagem do trabalho, assassinato de senhores e feitores, suicídios e organização de insurreições e rebeliões.

Com isso, afirma-se que os quilombos foram uma das principais formas de resistência dos povos escravizados. No território brasileiro, eram inúmeros em formação, era possível encontrar quilombos nas localidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas, Minas Gerais, Bahia, entre outras localidades. Ademais, entende-se que os quilombos eram espaços onde os/as negros/as possuíam a “liberdade” para adotar suas formas de governo, religião, propriedade, família e economia.

2.2 O século XIX: escravizados/as e livres na formação da classe trabalhadora brasileira.

A partir de 1850 observamos mudanças estruturais na economia nacional que impõem um novo contexto para as lutas sociais do século XIX. O fim do tráfico de escravizados/as se dá num cenário de transição do capitalismo mundial, onde a concentração e centralização de capitais começa a se expressar na interferência externa dos países centrais aos países periféricos.

Com o avanço da tendência do capitalismo internacional de alta concentração de renda, o capital dominante passa a se organizar através dos grandes cartéis e trustes, instituições que expressavam uma unidade entre o capital produtivo e o capital monetário. Assim, a burguesia monopolista aparece como classe hegemônica, fundando uma nova fase do modo de produção capitalista.

Essa fusão altera a forma pela qual as empresas se organizam. Os bancos avançam sobre as grandes empresas através da compra de ações e da participação dos diretores nos conselhos das empresas, catalisando um processo de concentração de capital e formando uma oligarquia financeira. Novos mecanismos são criados que intensificam esse processo, consolidando o imperialismo como o capitalismo em seu grau superior (Lenin [1916] 2012).

Para o revolucionário russo, a formação dos monopólios dá um impulso no neocolonialismo da segunda metade do século XIX. A burguesia monopolista vê na partilha do mundo entre as grandes nações uma oportunidade de dominar não apenas todas as fontes de matérias-primas, como também regiões independentes com potencial. Assim, com o advento da alta concentração de capitais essas organizações monopolistas avançam para regiões onde não se tem alto desenvolvimento industrial, mas onde já se vê as condições elementares para isto. Lenin ([1916] 2012) advoga que promove-se um desenvolvimento “acelerado” nessas economias através, justamente, da exportação de capitais.

A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados já terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial; de terem sido aí construídas as principais ferrovias ou estarem em vias de construção; de estarem asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria etc (Lenin, p.94, [1916] 2012).

Em síntese, constata-se uma transformação da estrutura produtiva da economia brasileira durante o século XIX a partir desse novo contexto do capitalismo global. A dependência aparece justamente quando a burguesia imperialista vê a “modernização” desse aparato econômico como uma nova oportunidade de lucro, estabelecendo sua hegemonia no continente latino-americano.

Dessa forma, observamos que há um direcionamento da estrutura econômica em investir em setores que complementam a atividade agroexportadora. Contudo, esses novos setores vão tomando corpo a partir de relações de trabalho capitalistas, que intensificam a capacidade de consumo na economia dependente.

Bambirra ([1972] 2013) ainda destaca que a expansão desse setor não significa apenas a complementaridade à economia exportadora, mas também é importante peça para o desenvolvimento industrial urbano.

Embora esses setores podem ser considerados como complementares no que se refere à atividade econômica exportadora, em relação ao desenvolvimento das atividades manufatureiras, porém, sua importância não é apenas de caráter complementar, mas também tem uma base econômica real, como condição para o desenvolvimento industrial urbano (Bambirra, [1972] 2013, p.71).

A tese da autora se expande quando a mesma afirma que esse novo momento traz uma ampliação do mercado interno dentro da economia dependente. Com as novas mudanças, o que se observa é uma elevação da capacidade de absorção da mão de obra em condições salariais. Sinteticamente, é essa mão de obra assalariada que empurra o desenvolvimento industrial nos países de tipo A, para usar a terminologia da autora³.

O fato é que essa relação estabelecida entre a economia dependente e o centro capitalista cria uma situação em que a produção de mercadorias no continente latino-americano é determinada pela esfera da circulação, e não o contrário. O laço de dependência com os países europeus estimula uma produção particular, que não se realiza internamente, mas no mercado mundial (Marini, [1973] 2025).

Em resumo, o que se observa é uma presença cada vez maior do capital estrangeiro dentro da economia dependente, uma pulsão da mais-valia produzida internamente e a retenção da mesma fora do processo produtivo. Uma transferência de valor, onde não temos um retorno integral da mais-valia ao processo produtivo, e sim a formação de um lucro extraordinário para burguesia estrangeira (Marini, [1979] 2025).

³ Para Vânia Bambirra, a América Latina não passou uniformemente pelo processo de transição ao capitalismo dependente. A tese da autora é que durante o século XIX, alguns países já congregam um processo de industrialização em expansão, já havendo inclusive um mercado interno nessas economias. Esses países seriam tipificados como de tipo A.

Dessa forma, o nascente mercado consumidor é constituído de forma contraditória, diferenciando a economia brasileira das europeias. Enquanto nos países centrais, o trabalhador tem um poder de barganha muito maior pela necessidade de consumo das mercadorias do capitalista, o mesmo não se vê por aqui. Marini constata um divórcio entre a produção e as necessidades das massas, resultando em diferenças substanciais quando olhamos para a exploração capitalista na América Latina. Com esse divórcio, o autor constata um processo específico de exploração, onde a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor real. Configura-se uma superexploração.

A possibilidade de rebaixar o salário do operário não encontra limitação na necessidade de realizar o produto, uma vez que este se destina ao exterior; o consumo do operário é irrelevante para a realização do produto. Em consequência, o caráter que assume o ciclo do capital em uma economia desse tipo não coloca nenhuma trava à exploração do trabalhador, e, ao contrário, leva-a a configurar-se como uma superexploração (Marini, [1973] 2025, p.44).

Indo para o terreno das lutas sociais, destacamos que essas mudanças no terreno da produção são acompanhadas de uma pressão inglesa frente ao trabalho escravizado no Brasil. Para o atendimento de seus interesses “modernizantes”, observamos diversas medidas durante esse período que, paulatinamente, tornavam as relações escravistas desinteressantes à burguesia agrária. O fim do comércio de escravizados em 1850 promove intensa mudança no campo, formando uma complexa estrutura de classes.

Nesse ponto, contudo, constatamos que o fim da escravidão em nosso país não se dá apenas para atender aos interesses da burguesia estrangeira, mas é fruto de intensa resistência e mobilização da população negra, que durante séculos luta contra esse sistema econômico. Sem contar a luta quilombola, o século XIX é justamente marcado por movimentos como a Confederação do Equador (1824), a Cabanagem no Pará (1835-1837), a Sabinada na Bahia (1837-1838) a Balaiada no Maranhão (1838-1841) a Guerra dos Farrapos e a Revolução Praieira em Pernambuco (1848-1849), que não entram no cânone da história brasileira. É a história que a história não conta.

Ainda assim, é perceptível a resistência do Estado brasileiro em acabar com a escravidão. Com o fim do comércio de escravizados em 1850, se gestam outras reformas do aparato escravocrata que avançam nesse propósito, mas a passos lentos. Mesmo buscando atender aos interesses da burguesia estrangeira e responder à luta da

população negra, a hegemonia do latifúndio no Estado brasileiro consegue segurar a escravidão ao seu limite.

Essas reformas do aparato escravocrata são acompanhadas de um intenso investimento na imigração em nosso país. Com o advento da Lei Eusébio de Queiroz, o comércio de escravizados passou a se realizar internamente na economia nacional, crescendo o preço do escravizado. O escravizado passa a ganhar tons “caros” e incompatíveis com as mudanças gestadas no Estado brasileiro, fortalecendo o trabalho livre e a entrada de imigrantes nas nascentes indústrias e no campo (Ianni, [1987] 2004).

A organização mais eficaz do empreendimento, implicando a ordenação produtiva dos fatores e a avaliação mais cuidadosa dos custos, bem como das condições do mercado, evidencia a amplitude do risco do caráter agora antieconômico do investimento em escravos. Em outros termos, revela-se ao empresário uma sorte de antagonismo, ou incompatibilidade, entre o trabalhador escravo e as possibilidades de ampliação da margem de lucro (Ianni, [1987] 2004, p.16).

Contudo, devemos destacar que não contribuimos com a tese de que a escravidão seria um “entrave”, ou “anacronismo” ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Com uma formação social marcada pela colonização e desempenhando papel periférico na Divisão Internacional do Trabalho, as economias latino-americanas transitam ao modo de produção capitalista mantendo estruturas de outros modos de produção. Essa particularidade marca o desenvolvimento capitalista dependente em nosso país, um avanço histórico que conserva elementos do passado.

Numa transição histórica particular à expansão das manufaturas, o que constatamos é uma amálgama, na coexistência entre trabalhadores livres e escravizados em todos setores da economia nacional. Foot Hardman e Victor Leonardi descrevem ainda que muitas vezes, essa coexistência se dava no mesmo espaço laboral, diferenciando o Brasil de outras economias latino-americanas.

A primeira geração de proletários brasileiros convivera, nas fábricas e nas cidades, com trabalhadores escravos durante várias décadas. Esse fato caracteriza toda a fase inicial do processo de formação do proletariado como classe no Brasil, diferenciando-o dos demais países, tanto europeus como sul-americanos (Argentina, Uruguai e Chile, principalmente) (FOOT HARDMAN; LEONARDI, [1982] 1991, p.93).

Assim, não há como desvincular a formação da classe trabalhadora no Brasil de sua origem negra. A formação do proletariado no Brasil se dá num imbricamento entre trabalho escravizado e livre, numa unidade formada entre esses elementos que se

organizam politicamente de forma conjunta. É essa coexistência de diversos modos de produção que caracterizam o capitalismo dependente latino-americano.

Destacamos aqui que a classe trabalhadora no Brasil não se conforma de forma separada. Escravizados e livres viviam nos mesmos estamentos, compartilhavam os mesmos dormitórios, estavam sob as mesmas condições de trabalho. Portanto, conforme avança a organização política do proletariado em torno de associações e ligas, avança a movimentação política em torno da abolição da escravidão. Clóvis Moura (1988) reconhece essa movimentação.

Do ponto de vista em que nos colocamos em relação ao escravismo tardio o exemplo é significativo pois demonstra como já existiam escravos trabalhando como operários e se associando a entidades de trabalhadores livres e, em contrapartida, a iniciativa de uma dessas entidades no sentido de modificar o status do seu associado, concedendo-lhe o título de cidadão (Moura, 1988, p.20).

Acreditamos que trazer a questão negra ao centro do debate nos permite trazer à tona a sua relevância para a formação da classe trabalhadora no Brasil. É hegemônica a análise que coloca na imigração italiana sob ideias anarquistas a gênese da formação do proletariado brasileiro. A partir de nossa bibliografia, fica nítida a relação de unidade entre escravizados e livres nas lutas sociais do século XIX, formando uma classe trabalhadora heterogênea, expressão da transição ao capitalismo dependente em nosso país.

3. Considerações finais

Os condicionantes de raça/etnia, gênero e classe social se estruturam sob novos mecanismos na ordem econômico-social capitalista e provocam condições materiais distintas para a (re)produção da população negra no contexto brasileiro. Contudo, apesar de possuir elementos particulares nas diferentes formações econômico-sociais, a dinâmica da expropriação e da exploração são inelimináveis neste processo.

Dito isso, ao tratar da questão racial, Moura (2024) expõe, desde o século XX, que é preciso compreender a organização das relações raciais no Brasil como um fator fundamental para a formação de uma sociedade pautada em classes sociais. Pensando nisso, investigamos as particularidades do modo de produção escravista no país a partir de duas fases, sendo elas: Escravismo Pleno (1550-1850) e Escravismo Tardio (1850-1888), nas quais debatemos os elementos que possibilitaram a sua origem,

a sua consolidação e posteriormente, a sua decadência e transição para o capitalismo dependente brasileiro.

Dessa maneira, buscamos demonstrar que a constituição da classe trabalhadora no Brasil não pode ser analisada sem considerar os pilares racistas sob os quais a nossa sociedade foi estruturada. Isto é, buscamos expor que o modo com que o Estado brasileiro operou a abolição formal da escravidão - sem inserção dos/as ex-escravizados/as na esfera socioeconômica da vida - provocou e ainda provoca consequências materiais na realidade social das pessoas negras.

3. Referências

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, [1972] 2013.

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. Petrópolis: Vozes, [1982] 1991.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, [1987] 2004.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, [1916] 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **O Ciclo do capital na economia dependente**. In: CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Correa (Orgs.). Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados. São Paulo: Expressão popular, [1979] 2025, p.179-196.

MARINI; Ruy Mauro. **A acumulação capitalista dependente e a superexploração do trabalho**. In: CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Correa (Orgs.). Ruy Mauro Marini - dependência e revolução na América Latina: textos selecionados. São Paulo: Expressão popular, [1973] 2025.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global. Ed, 1983

NASCIMENTO. Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. - 3.ed. - São Paulo: Perspectiva, 2016.

SANTOS, Ynaê Lopes do. **Racismo Brasileiro: Uma história da formação do país.**
1. ed. São Paulo: Todavia, 2022.